

A natação para a pessoa com deficiência: oferecimento e envolvimento de programas em Campinas e região

Maressa Carvalho Vieira¹

RESUMO

Estudos realizados indicam que pessoas com deficiência enfrentam diversos obstáculos para a prática da atividade física, onde a ausência de programas adequados as suas necessidades atuam como ponto principal. O presente estudo tem como objetivo analisar o oferecimento e envolvimento de pessoas com deficiência em programas de natação, identificando e caracterizando os tipos de programas existentes. O trabalho possui caráter descritivo-quantitativo com aplicação de questionário fechado em locais que oferecem programas de natação nas cidades de Limeira, Jundiaí, Itu e Campinas. Foram selecionados e contatados por telefone 62 locais de prática da modalidade esportiva credenciados junto ao Conselho Regional de Educação Física. O questionário aplicado teve como objetivo identificar locais que ofereciam a modalidade para alunos com deficiência, bem caracterização dos programas. Como resultados, 52% das instituições não atendiam em seus programas alunos com deficiência. A disponibilidade de locais de prática ainda se revela como um obstáculo importante para o envolvimento desta população com a prática da modalidade.

Palavras-chave: Esporte Paralímpico. Natação Paralímpica. Natação. Pessoas com deficiência. Inclusão.

¹ Universidade Estadual de Campinas
Recebido em: 06 out. 2017
Aprovado em: 27 jun. 2018
Contato: vieira.maressa@hotmail.com

Swimming for the disabled person: offering and involving programs in campinas and region

ABSTRACT

Studies carried out indicate that people with disabilities face several obstacles to the practice of physical activity, where the absence of adequate programs their needs act as the main point. The present study aims to analyze the offer and involvement of people with disabilities in swimming programs, identifying and characterizing the types of existing programs. The work has descriptive-quantitative character with application of closed questionnaire in places that offer swimming programs in the cities of Limeira, Jundiaí, Itu and Campinas. 62 places of practice of the sports modality accredited to the Regional Council of Physical Education were selected and contacted by telephone. The applied questionnaire had as objective to identify places that offered the modality for students with deficiency, as well as characterization of the programs. As a result, 52% of the institutions did not attend disabled students in their programs. The availability of practice sites is still a major obstacle for the involvement of this population with the practice of the modality.

Keywords: Paralympic Sport. Paralympic swimming. Swimming Disabled Person. Inclusion.

Natación para la persona con discapacidad: ofrecimiento y involucrimiento de programas en campinas y región

RESUMEN

Los estudios realizados indican que las personas con discapacidad enfrentan diversos obstáculos para la práctica de la actividad física, donde la ausencia de programas adecuados a sus necesidades actúan como punto principal. El presente estudio tiene como objetivo analizar el ofrecimiento e implicación de personas con discapacidad en programas de natación, identificando y caracterizando los tipos de programas existentes. El trabajo tiene carácter descriptivo-cuantitativo con aplicación de cuestionario cerrado en locales que ofrecen programas de natación en las ciudades de Limeira, Jundiaí, Itu y Campinas. Se seleccionaron y contactados por teléfono 62 locales de práctica de la modalidad deportiva acreditados ante el Consejo Regional de Educación Física. El cuestionario aplicado tuvo como objetivo identificar lugares que ofrecían la modalidad para alumnos con discapacidad, bien caracterización de los programas. Como resultados, el 52% de las instituciones no atendía en sus programas alumnos con discapacidad. La disponibilidad de lugares de práctica todavía se revela como un obstáculo importante para la participación de esta población con la práctica de la modalidad.

Palabras Clave: Deporte paraolímpico. Natación paraolímpica. Natación, persona con discapacidad. Inclusión.

INTRODUÇÃO

Os benefícios da prática esportiva para a saúde já são bem estabelecidos pelos estudos realizados na área, com redução no risco de desenvolvimento de doenças crônicas e melhora na qualidade de vida (VAN DER PLOEG et al., 2004; CARDINAL et al., 2015; NAZAR et al., 2016). Em pessoas com deficiência, a prática da atividade física também traz benefícios importantes. Nesta população a atividade física diminui o risco do desenvolvimento de doenças secundárias à deficiência, como diabetes, escaras de decúbito, doenças cardiovasculares e osteoporose (COOPER et al., 1999; DURSTINE et al., 2000; RIMMER et al., 2004; VAN DER PLOEG et al., 2004; LUI; HUI, 2009; NOCE et al., 2009; STANISH et al., 2016).

A prática da atividade física por pessoas com deficiência proporciona melhoras significativas na qualidade de vida e saúde. A prática regular de atividade física por pessoas com deficiência também está relacionada com diminuição na ocorrência de problemas de saúde secundários à deficiência. A participação regular em programa de atividade física também reduz níveis de stress e depressão nesta população (COOPER et al., 1999; DURSTINE et al., 2000; HELLER et al., 2004; LUI; HUI, 2009). Em se tratando de natação, o que a diferencia de outros esportes, é o movimento de nadar que significa liberdade e independência para o indivíduo com deficiência, momento este em que se consegue movimentar livremente, sem auxílio de bengala, muletas, pernas mecânicas ou cadeiras de rodas. (NAZAR et al., 2016)

Entretanto, estudos realizados indicam que pessoas com deficiência apresentam um nível de envolvimento com atividade física menor quando comparado com pessoas sem deficiência (COOPER et al., 1999; DURSTINE et al., 2000; LUI; HUI, 2009; STANISH et al., 2016). O sedentarismo nesta população está intimamente associado com deterioração das suas capacidades físicas e funções corporais. Além destes fatores, pessoas com deficiência sedentárias tendem a apresentar níveis de auto eficácia diminuídos, depressão, maior dependência em relação a terceiros nas atividades de vida diária e dificuldades de interação social (COOPER et al., 1999; DURSTINE et al., 2000; LUI; HUI, 2009).

As barreiras e obstáculos para prática da atividade física e esporte pela pessoa com deficiência são multifatoriais, envolvendo aspectos pessoais, ambientais, políticos e psicológicos (RIMMER et al., 2004; JAARSMA et al., 2014; STANISH et al., 2016). Os estudos realizados indicam como fatores principais a presença de dor e fadiga, falta de suporte da família, custo, ausência de programas específicos de atividade física para esta população, falta de acessibilidade a locais de prática, falta de informação sobre programas existentes (ELLIS et al., 2007; BODDE; SEO, 2009; JUNKER; BROGRAN CARLBERG, 2011; JAARSMA et al., 2014; SERON et al., 2015). Entretanto, Jaarsma et al. (2014) afirmam que

os estudos realizados com foco nas barreiras para prática da atividade física pela pessoa com deficiência ainda são escassos.

Um aspecto importante neste contexto de barreiras consiste na escassez de programas específicos a esta população, bem como a adequação dos programas já existentes para sua participação (HELLER et al., 2004; JAARSMA et al., 2014; SERON et al., 2015; STANISH et al., 2016). Em estudo realizado por Rimmer et al. (2004), participantes com deficiência descrevem dificuldades de acessibilidade aos locais de prática, com ausência de rampas, presença de calçadas e pisos irregulares, portas estreitas para acesso com cadeira de rodas e falta de elevadores. Estes também afirmam falta de conhecimento pelos proprietários de academias e clubes esportivos sobre possibilidades de programas e atividades acessíveis a esta população.

Os estudos desenvolvidos com este enfoque no Brasil também são escassos (BREDARIOL; ALMEIDA, 2012; SAN MARTIN et al., 2012; SERON et al., 2015). Em estudo sobre a prática da natação para pessoas com deficiência visual, Bredariol e Almeida (2012) reconhecem como principais obstáculos ausência de locais adaptados a esta população, materiais apropriados e profissionais capacitados. Os autores reconhecem a natação como uma modalidade esportiva de difícil acesso à população com deficiência, tornando-a impraticável. Os autores descrevem a inexistência de piscinas públicas para o desenvolvimento de um projeto comunitário, aspecto que é determinante para o envolvimento de toda a população.

Em outro estudo nacional, de Nazar et al. (2016), tiveram como objetivo discutir a ação de tutores e avaliar a percepção de atletas com deficiências físicas. Durante o trabalho, os pesquisadores contaram com a participação de oito atletas, idade de 18 a 55 anos e com os tutores durante oito semanas. Os resultados encontrados foram de 3 categorias diferentes a respeito da experiência com a tutoria na natação adaptada. O estudo concluiu que a tutoria foi apresentada como uma experiência positiva e apresentaram também críticas em relação a experiência.

Estudo realizado por Seron et al. (2015) identificam obstáculos e facilitadores para prática da atividade física entre 43 pessoas com diferentes tipos de deficiência física. Como facilitadores foram identificados o apoio da família e amigos, e o cuidado prestado pelo profissional de educação física. As limitações físicas e falta de programas específicos a esta população foram apresentados como os principais obstáculos. Estudo realizado por San Martin (2012) com 9 pessoas com deficiência praticantes de atividade física em clubes esportivos revelam dificuldades de acesso a locais de prática, ausência de programas adequados à esta população, bem como ausência de interação social com pessoas sem deficiência.

Mediante a essa apresentação sobre o tema abordado neste artigo sobre a importância de um programa de atividade física, é válido ressaltar o conceito inclusão e o programa de atividade física a que se referiu anteriormente. A inclusão abordada neste artigo, é o ato de inserção da pessoa com algum tipo de deficiência, seja intelectual, física ou mental, em alguma modalidade esportiva, ou seja, é incluir esse público na sociedade em que ela vive através da prática de atividade física. (TORRI; VAZ, 2017)

O programa a que se refere no presente estudo, se define por uma aula inclusiva e estruturada com suas devidas adaptações, quando necessárias, para proporcionar ao aluno com deficiência, as mesmas condições de aprendizado.

Tendo em vista os benefícios da prática da atividade física para a saúde de pessoas com deficiência e os poucos estudos nacionais realizados com este enfoque, o presente estudo tem como objetivo analisar o oferecimento e envolvimento de pessoas com deficiência em programas de natação.

O estudo tem como meta a caracterização dos programas oferecidos e população atendida especificamente nas cidades de Campinas, Limeira, Itu e Jundiaí no estado de São Paulo. Os resultados a serem demonstrados possibilitam a compreensão do contexto de inclusão de pessoas com deficiência em programas de atividade física, permitindo planejamento e estruturação de medidas governamentais e práticas para melhoria dos níveis de atividade física em pessoas com deficiência.

MÉTODOS

Design

O estudo se caracteriza como pesquisa descritiva quantitativa, com objetivo de identificar e caracterizar programas natação para pessoas com deficiência. Para tanto, o estudo utilizou como instrumento de coleta um questionário aplicado em clubes e academias que oferecessem natação entre seus serviços. Foram selecionados clubes e academias das cidades de Campinas, Limeira, Itu e Jundiaí, que segundo o site da Federação Aquática Paulista, são as principais cidades pertencentes a 2ª região.

Coleta de dados

O processo de coleta de dados do estudo é composto por duas fases: 1) Busca e identificação das instituições (clubes e academias) que oferecem programas de natação para pessoas com deficiência e 2) caracterização dos programas oferecidos e população atendida.

Na primeira fase, foi realizada uma busca de clubes, academias e escola de natação de cada cidade através da lista fornecida pelo Conselho Regional de Educação Física (CREF) do estado de São Paulo. Foram excluídos da amostra clubes e academias que ofereciam atividades aquáticas terapêuticas e não a modalidade esportiva natação. Também foram excluídas as instituições de ensino superior com programas de extensão em natação voltados a esta população específica e instituições especiais para pessoas com deficiência, tendo em vista não caracterizar a inclusão destes junto à população sem deficiência.

Na segunda fase de coleta de dados, o pesquisador entrou em contato, via telefone, com as academias e clubes registrados no CREF para a aplicação de um questionário fechado (QUADRO 1) desenvolvido por dois pesquisadores experientes na área da atividade física adaptada.

Quadro 1. Questionário aplicado

-
1. A instituição de natação atende alunos com deficiência?
() Sim () Não
 2. Tem programa adaptado para pessoas com deficiência?
() Sim () Não
 3. Quantas pessoas com deficiência fazem natação?
 4. Qual faixa etária dos alunos com deficiência?
 5. A atividade é gratuita?
() Sim () Não
 6. Qual é o tipo de programa oferecido?
() Iniciação () Aprimoramento () Alto Rendimento () Outros
 7. As aulas são em conjunto?
() Sim () Não
 8. Quantos profissionais existem por turma?
() 1 () 2 () 3 ou mais
-

O questionário teve como objetivo caracterizar os seguintes aspectos:

1. Programa adaptado: emprego de aula adaptada o aluno com deficiência;
2. Quantidade de alunos: referente ao número de pessoas com deficiência que frequentam as aulas de natação atualmente;
3. Idade: dividida em quatro categorias: criança (0-12 anos), adolescente (13- 17 anos), jovem/ adulto (18- 59 anos) e idoso (a partir dos 60 anos);
4. Custo da atividade para os praticantes;
5. Tipo de programa: separado em quatro níveis Iniciação, Aprimoramento/Aperfeiçoamento, Alto Rendimento e Outros (como adaptação ou natação para bebês);
6. Tipo de turma: descobrir se a atividade que a pessoa com deficiência praticava era em conjunto com as pessoas sem deficiência (contexto inclusivo) ou em turmas específicas para alunos com deficiência;

7. Atuação profissional: quantidade de profissionais atuantes nas turmas onde havia o aluno com deficiência.

Análise dos dados

Após a coleta de dados, os resultados foram analisados de forma descritiva quantitativa, ou seja, com objetivo de descrever, por representações numéricas, a interpretação de uma realidade de um conjunto de cidades sem a intenção de interferir nos resultados (RUDIO, 2010).

RESULTADOS

As cidades pesquisadas apresentaram 79 locais de prática de natação, registrados no CREF dos respectivos municípios. Dentre estes locais foram excluídos aqueles que não concluíram o questionário por motivos de não saberem responder ou por não quererem participar da pesquisa. Ao todo participaram do estudo, 62 (78%) locais: 6 em Limeira, 13 Jundiaí, 7 em Itu e 36 em Campinas.

Dentre as academias e clubes, 32 (52%) não atendiam alunos com deficiência atualmente em seus estabelecimentos. O total de instituições com o aluno com deficiência, foi de 30 (48%) instituições. No contexto das instituições com alunos com deficiência, 17 (57%) não apresentavam aulas adaptadas a esta população (FIGURA 1).

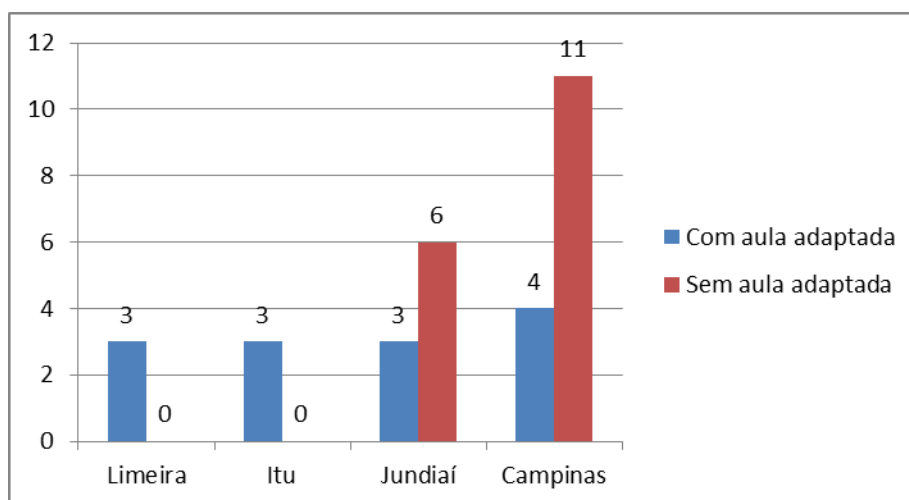


Figura 1 - Locais de prática com aulas adaptadas ao aluno com deficiência.

Atualmente, a quantidade aproximada de pessoas com deficiência atendidas em cada cidade é aproximadamente de 46 alunos em Limeira, 230 alunos em Jundiaí, 50 em Itu e 128 em Campinas (FIGURA 2).

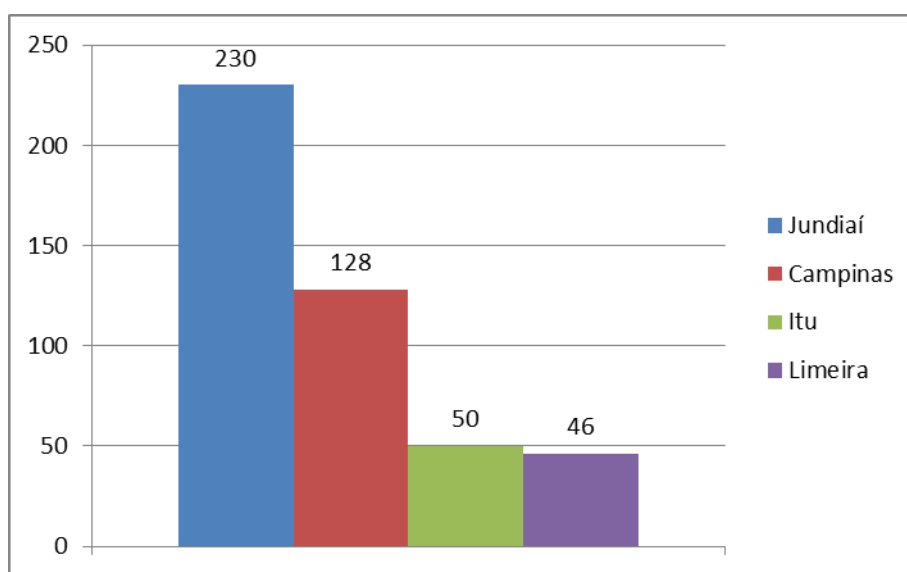


Figura 2 - Alunos com deficiência atendidos por cidade.

Ao caracterizar os locais pesquisados, observa-se que 77% das turmas eram inclusivas com participação tanto de alunos com e sem deficiência, e 37% das turmas eram segregadas com apenas alunos com deficiência. Foram incluídas nesta categoria as aulas individuais e casos em que a pessoa com deficiência não fazia parte de nenhuma turma, pois era independente e nadava sozinha, após receber as instruções de treino que transmitidas pelo professor.

Referente ao custo, 73% dos programas oferecidos eram pagos. Quanto às idades dos participantes, grande parte dos programas (37%) atendiam apenas a faixa etária entre 0-17 anos. Apenas 20% dos programas atendiam a todas as idades, incluindo idosos. Com relação aos tipos de programa oferecidos, 40% deles ofereciam aulas para todos os níveis, porém 27% dos locais ofereciam aulas voltadas exclusivamente à iniciação à modalidade. Apenas 10% dos locais ofereciam não só o alto rendimento como também o aprimoramento. E uma pequena parcela das turmas oferecidas (3%) tinham características distintas como adaptação e natação para bebês. O restante dos programas (20%) apresentavam características mistas entre estes programas.

No tocante ao número de profissionais, 37% dos locais contam com apenas um profissional, 47% com dois e 13% com três ou mais na turma. Uma pequena parcela das instituições estudadas (3%) não especificou a quantidade de profissionais atuantes, pois dependia do tipo de deficiência do aluno presente na turma. Convém salientar que em todos os locais, o estagiário e algum outro ajudante nas aulas são considerados profissionais.

DISCUSSÃO

O envolvimento de pessoas com deficiência em programas de atividade física e esporte ainda encontra obstáculos importantes. Em vista disso, esta população apresenta níveis de sedentarismo maiores que seus pares sem deficiência, apresentando maior incidência de doenças secundárias à deficiência (COOPER et al., 1999; DURSTINE et al., 2000; LUI; HUI, 2009; STANISH *et al*, 2016). Desta forma, estudos com foco na prática da atividade física por pessoas com deficiência são importantes para melhoria da saúde e qualidade de vida. No campo político estudos neste campo possibilitam elaboração de estratégias para ampliar as oportunidades de envolvimento com programas de atividade física por esta população, com consequente redução de gastos públicos para tratamento de doenças.

Os resultados aqui apresentados indicam a reduzida quantidade de locais com oferecimento da modalidade natação a pessoas com deficiência. Os locais identificados não totalizam 50% da amostra, indicando dificuldades desta população para encontrar uma academia ou clube com oferecimento da modalidade. Dificuldades para encontrar locais de prática de atividade física também foram evidenciadas por outros estudos realizados na área (HELLER et al., 2004; RIMMER et al., 2004; JAARSMA et al., 2014; SERON et al., 2015; STANISH *et al*, 2016).

Considerando-se a quantidade aproximada de pessoas atendidas pelos programas de natação e população estimada com deficiência em cada município, pode-se observar ainda um déficit grande em locais para esta prática esportiva. De acordo com dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população aproximada com deficiência nestes municípios é de 30% da população total (IBGE, 2010). Notoriamente, quando se compara os municípios estudados, a cidade com maior oferta de locais de prática (Jundiaí) não tem a maior população (Campinas). Apesar do estudo não permitir as causas para tal fenômeno, tal aspecto evidencia o oferecimento da modalidade natação de forma reduzida e não estruturada para pessoas com deficiência.

Outro contraponto consiste no oferecimento de aulas adaptadas à população com deficiência, as quais se concentram nos municípios de menor população (Limeira e Itu). A estruturação de aulas adaptadas as necessidades do aluno com deficiência ainda é uma dificuldade encontrada por clubes e academias. Este fator também foi evidenciado por outros estudos realizados na área, porém sem o enfoque específico na natação. Neste contexto, fica evidente a perpetuação da inclusão como a simples colocação do aluno com deficiência no mesmo espaço físico que alunos sem deficiência. No contexto esportivo, é importante a consolidação da inclusão como um direito da pessoa com deficiência se envolver e praticar a atividade física e esporte de sua preferencia, porém com preparação da sociedade para remoção de barreiras à sua participação.

Dentro deste contexto, 77% das academias e clubes com aulas de natação para pessoa com deficiência a ofereciam de forma inclusiva, com alunos com e sem deficiência praticando a modalidade conjuntamente. Apesar de inicialmente transparecer uma evolução no direito à inclusão, os dados acima citados, com a ausência de aulas adaptadas na maioria dos programas investigados, reforçam a ideia da inclusão física deste aluno no espaço e não o exercício do seu direito. Neste momento, a limitação na quantidade de programas disponíveis é reforçada pela dificuldade em praticar a modalidade com aulas não adaptadas a necessidade do aluno.

Outro obstáculo importante é a não gratuidade dos programas de natação encontrados. Os resultados apontam que a maior parte destes locais tem um custo para participação do aluno. Neste ponto a demanda financeira por cuidados com a saúde como tratamentos e medicamento, impõe restrições a gastos com atividade física. O oferecimento de programas nesta modalidade de forma gratuita deve ser considerado como investimento em saúde pública, necessitando de medidas políticas efetivas para tanto.

Os resultados demonstram o pouco envolvimento de adultos e idosos com a natação, com grande parte dos praticantes (37%) entre crianças. Locais com programas voltados ao treinamento de alto rendimento e competição também são escassos, com apenas 10% dos locais analisados. Sobre o número de profissionais, vemos que há uma preocupação com o aluno, pois 47% dos locais pesquisados possuem dois profissionais atuantes nas aulas, demonstrando cuidado com a qualidade da aula e da atenção ao aluno. Todavia, esse cuidado não é adotado por todos os locais contatados, pois 37% dos locais contam com esse único profissional nas aulas e apenas 13% com três ou mais.

Diante destes resultados, podemos observar a ausência de programas voltados a esta modalidade, com reflexos em populações de adultos e idosos com menor adesão. Estes resultados convergem com resultados de estudos anteriores onde o oferecimento de programas adequados à esta população ainda é um obstáculo. A ausência ou escassez de programas de atividade física tem como consequência direta o sedentarismo, relacionado a incidência maior de problemas de saúde em populações com deficiência (COOPER et al., 1999; DURSTINE et al., 2000; RIMMER et al., 2004; VAN DER PLOEG et al., 2004; LUI; HUI, 2009; NOCE et al., 2009). Desta forma, o investimento no oferecimento destes programas à esta população tem reflexos diretos nos gastos com saúde e na qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Outro ponto importante, relacionado à participação social, demonstra que os objetivos do movimento inclusivo ainda não têm sido efetivamente alcançados na sociedade. É importante observar que o simples oferecimento do programa esportivo para a pessoa com deficiência sem as devidas adequações estruturais e programáticas na aula não se traduzem na sua inclusão. Tal prática está mais relacionada ao conceito de integração presente na década

de 60, o qual aceitava o envolvimento de pessoas com deficiência desde que estas conseguissem responder as demandas do contexto social (GRENIER, 2007).

No entanto, é importante ressaltar que o presente estudo ainda apresenta quantidade pequena de instituições investigadas, bem como limitações referentes ao instrumento aplicado. Tal instrumento limita a compreensão do fenômeno estudado a apenas um caráter descritivo, sem análise de fatores responsáveis para tal. Também é de extrema importância compreender, que apesar dos benefícios da prática da natação pela população em geral e por pessoas com deficiência, a quantidade de locais para a prática da modalidade pode ser resultado da demanda da população estudada. O amplo oferecimento da modalidade pode não se traduzir em adesão total desta população devido a fatores pessoais como não gostar da modalidade.

Entretanto, é importante ainda ressaltar que as políticas de inclusão deveriam impelir que todos os locais estivessem adequadamente preparados para receber e atender esta população. Nesse sentido, o estudo tem um caráter importante ao revelar a reduzida quantidade de locais de prática da natação para pessoas com deficiência na região estudada. Estudos com este enfoque no Brasil ainda são escassos, não permitindo o reconhecimento da atual situação de inclusão desta população em clubes e academias. Desta forma, a realidade encontrada por pessoas com deficiência para envolvimento com atividade física e esporte no Brasil ainda merece investigação, com ganhos para a saúde e qualidade de vida desta população, bem como benefícios a toda população com redução de gastos públicos com tratamentos de doenças associadas à deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, diante desse estudo podemos concluir que existe um grande número de pessoas com deficiência a serem atendidas e vimos também, que quanto maior é a idade menor é número destes, sendo assim, confirma-se aqui o que os estudos diziam sobre esse público ser o mais sujeito a adquirir doenças por conta do sedentarismo (COOPER et al., 1999; DURSTINE et al., 2000; LUI; HUI, 2009; STANISH et al., 2016). Além disso, a pequena parcela que ainda busca por uma melhor qualidade de vida, através da prática da atividade física, enfrenta a barreira do despreparo da instituição em recebê-lo.

À vista disso, é necessário que haja um maior investimento em ofertas de aulas adaptadas de natação, e se possível que sejam gratuitas, para atingir o maior número de pessoas que envolva todas as faixas etárias e se evitem futuras complicações na saúde dessa população e promova uma maior integração deles junto a sociedade.

REFERÊNCIAS

BODDE, Amy E.; SEO, Dong-Chul. A review of social and environmental barriers to physical activity for adults with intellectual disabilities. *Disability and Health Journal*, v. 2, n. 2, p. 57-66, 2009. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S193665740800160X?via%3Dihub>>.

BREDARIOL, Bruna; ALMEIDA, José Júlio Gavião de. Acessibilidade de pessoas deficientes visuais à prática da natação – uma revisão da literatura. *Conexões*, v. 10, n. 2, p. 196-213, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637682>>.

CARDINAL, Bradley J. et al. Historical context and current status of the intersection of physical activity and public health: Results of the 2015 American Kinesiology Association's Opportunities for Kinesiology survey. *Kinesiology Review*, v. 4, n. 4, p. 329-345, 2015. Disponível em: <<https://journals.humankinetics.com/doi/abs/10.1123/kr.2015-0033?journalCode=krj>>.

COOPER, Rory A. et al. Research on physical activity and health among people with disabilities: a consensus statement. *Journal of Rehabilitation Research & Development*, v. 36, n. 2, p. 142-154, apr. 1999. Disponível em: <<https://www.rehab.research.va.gov/jour/99/36/2/cooper.pdf>>.

DURSTINE, J. Larry et al. Physical activity for the chronically ill and disabled. *Sports Medicine*, v. 30, n. 3, p. 207-219, sep. 2000. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/10999424>>.

ELLIS, Rebecca et al. Physical activity beliefs and behaviour of adults with physical disabilities. *Disability and Rehabilitation*, v. 29, n. 5, p. 1221-1227, 2007. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17653996>>.

GRENIER, Michelle. Inclusion in Physical Education: From the Medical Model to Social Constructionism. *Quest*, v. 59, n. 3, p. 298-310, jan. 2007.

HELLER, Tamar; HSIEH, Kelly; RIMMER, James H. Attitudinal and psychosocial outcomes of a fitness and health education program on adults with down syndrome. *American journal of mental retardation: AJMR*, v. 109, n. 2, p. 175-185, mar. 2004. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15000672>>.

JAARSMA, Eva A. et al. Barriers to and facilitators of sports participation for people with physical disabilities: a systematic review. *Scandinavian Journal of Medicine and Science in Sports*, v. 24, n. 6, p. 871-881, dec. 2014. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24730752>>.

JUNKER, Linda; BROGRAN CARLBERG, Eva. Factors that affect exercise participation among people with physical disabilities. *Advances in Physiotherapy*, v. 13, p. 18-25, 2011.

LUI, Ka Chuen; HUI, Stanley S.C. Participation in and adherence to Physical Activity in People with Physical Disability. *Hong kong Physiotherapy Journal*, v. 27, n. 1, p. 30-38, 2009. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1013702510700063>>.

NAZAR, Paulo T. et al. O ensino na natação: utilização de tutores para treinos em atletas com deficiência física. *Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica*, v. 6, n. 4, dez. 2016.

NOCE, Franco; SIMIM, Mário Antônio de Moura; MELLO, Marco Túlio de. A percepção de qualidade de vida de pessoas portadoras de deficiência física pode ser influenciada pela prática de atividade física? *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, v. 15, n. 3, p. 174-178, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbme/v15n3/a02v15n3.pdf>>.

RIMMER, James H. et al. Physical activity participation among persons with disabilities: barriers and facilitators. *American Journal of Preventive Medicine*, v. 26, n. 5, p. 419-25, jun. 2004. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15165658>>.

RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SAN MARTIN, Juan Eduardo Samur; ALVES, Maria Luiza Tanure; DUARTE, Edison. Análise do Processo Inclusivo de Pessoas com Deficiência no Clube Esportivo: Um estudo de Caso. *Revista Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, v. 13, n. 1, p. 31-36, 2012. Disponível em: <www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/sobama/article/download/3606/2771>.

SERON, Bruna Barboza; ARRUDA, Gustavo Aires de; GREGUOL, Márcia. Facilitadores e barreiras percebidas para a prática de atividade física por pessoas com deficiência motora. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 37, n. 3, p. 214-221, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbce/v37n3/0101-3289-rbce-37-03-0214.pdf>>.

STANISH, Heidi I. et al. Physical Activity Enjoyment, Perceived Barriers, and Beliefs Among Adolescents With and Without Intellectual Disabilities. *Journal of Physical Activity*

and Health, v. 13, n. 1, p. 102-110, jan. 2016. Disponível em:
<<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4591175/>>.

TORRI, Danielle; VAZ, Alexandre Fernandez. Esporte paralímpico: difícil inclusão, incorporação tecnológica, corpos competitivos. *Práxis Educativa*, v. 12, n. 2, p. 19-33, 2017. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/8719>>.

VAN DER PLOEG, Hidde P. et al. Physical activity for people with a disability: a conceptual model. *Sports Medicine*, v. 34, n. 10, p. 639-649, feb. 2004. Disponível em:
<<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15335241>>.